

CONCURSO PÚBLICO EDITAL 10/2011

COMDICA - CANOAS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



PROCESSO
DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES
DO MUNICÍPIO DE CANOAS
GESTÃO 2011/2014

CADERNO DE PROVAS
Prova de Conhecimentos Gerais

REALIZAÇÃO
FUNDAÇÃO LA SALLE



Obs.: O gabarito preliminar será divulgado em 07/06/2011 nos veículos relacionados no item 4.2 do Edital 01/2011.

Direitos autorais reservados à Fundação La Salle.

ORIENTAÇÕES GERAIS

01. São de responsabilidade exclusiva do candidato e da candidata a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
02. O candidato e a candidata deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de trinta minutos do horário estabelecido para o início das provas, munidos de documento de identidade original, com fé pública, expedido por autoridade civil, profissional ou militar, estando os dois últimos dentro de seu prazo de validade (não será aceito cartão de protocolo ou outro documento) e comprovante de inscrição.
 - Canetas serão distribuídas aos candidatos e candidatas no local da prova.
03. Não será permitida a prestação de prova em data, horário e local diferentes do estabelecido, seja qual for o motivo alegado.
04. No ato da realização da prova objetiva, serão fornecidos o caderno de questões, a folha de passagem (para anotar as respostas) e a folha de respostas.
 - a) Ao término da prova, o candidato e a candidata entregarão ao fiscal o caderno de questões e a folha de respostas.
 - b) O candidato e a candidata somente poderão levar o caderno de questões após duas horas e trinta minutos do início da prova.
 - c) Os últimos dois candidatos ou candidatas deverão aguardar em sala, para lacrarem os envelopes das respostas.
 - d) Não serão computadas questões não respondidas e tampouco questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta) ou que apresentem emenda ou rasura, ainda que legível.
 - e) Durante a realização da prova não será permitido ao candidato e à candidata, sob pena de anulação de sua prova:
 - Comunicar-se com os demais candidatos e candidatas ou pessoas estranhas ao concurso.
 - Consultar livros ou apontamentos.
 - Fazer uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares.
 - Ausentar-se do recinto sem o acompanhamento do ou da fiscal.
 - Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos;
 - Tratar com descortesia os examinadores e as examinadoras e seus e suas auxiliares, ou autoridades presentes.
 - Não devolver integralmente o material solicitado.
 - Ausentar-se do local de prova antes de decorrido o prazo mínimo de 60 (sessenta) minutos do início da prova.
05. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato e da candidata ou pessoas estranhas ao concurso nas dependências do local onde forem aplicadas as provas.
06. As questões eventualmente anuladas serão consideradas corretas para todos os candidatos e todas as candidatas.

Boa prova!

CONHECIMENTOS GERAIS

01. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere à adoção, é **incorreto** afirmar que:

- A) O adotando deve consentir com a adoção, quando o mesmo tiver mais de 12 anos.
- B) É vedada a adoção por procuração.
- C) Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.
- D) O ECA não estabelece prazos para estágios de convivência nos processos de adoção por estrangeiros.
- E) A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.

02. São atribuições do Conselho Tutelar, **exceto**:

- A) Promover a execução de suas decisões, podendo representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- B) Quando julgar necessário aplicar às crianças e adolescentes medidas socioeducativas.
- C) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- D) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente.
- E) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

03. Analise as alternativas a seguir e assinale a **correta**.

- A) Segundo o ECA, os estabelecimentos de atendimento à saúde, sejam eles privados ou públicos, não estão obrigados a proporcionar condições de permanência em tempo integral de um dos pais ou responsáveis, nos casos de internação de crianças ou adolescentes.
- B) Cabe somente ao profissional da saúde comunicar ao Conselho Tutelar os casos de suspeita de maus-tratos envolvendo seus pacientes.
- C) Conforme estabelece o ECA, a falta de recursos materiais constitui motivo suficiente para decretação judicial da perda ou suspensão do poder familiar.
- D) É dever apenas do Ministério Público e da autoridade judiciária zelar pela dignidade da criança e do adolescente.
- E) Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, é assegurado os direitos trabalhistas e previdenciários.

04. “T” é professora em uma escola municipal. Sua aluna “V” comentou que sua coleguinha “B”, também aluna de “T” havia sido agredida pelo pai. ‘T’ já sabia que o pai de sua aluna “B” era um homem muito violento. Com medo das conseqüências deixou de comunicar esse fato às autoridades competentes.

Segundo o ECA, assinale a medida pertinente à professora “T”:

- A) A professora deve ser afastada de seu cargo.
- B) A professora deve pagar uma multa de três a vinte salários de referência.
- C) A professora deve ser afastada de seu cargo e pagar multa de e dois a vinte salários de referência.
- D) O Município deve pagar uma multa de vinte salários de referência.
- E) O Município deve pagar uma multa determinada pela autoridade judiciária.

05. Em relação aos Direitos Individuais previstos no ECA, é **correto** afirmar que:

- A) Excetuadas as hipóteses de dúvida fundamentada, o adolescente civilmente identificado não será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais salvo para efeito de confrontação havendo dúvida fundada
- B) A identidade dos responsáveis pela apreensão do adolescente será mantida em sigilo judicial.
- C) A internação, antes da sentença, não tem prazo máximo preestabelecido, cabe ao juiz a decisão.
- D) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão por ordem do Conselho Tutelar.
- E) A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinentemente comunicados apenas à autoridade judiciária.

06. Analise as afirmativas a seguir sobre Políticas de Atendimento.

- I. Segundo o ECA, cabe ao Município a manutenção das entidades de atendimento.
- II. As entidades não governamentais só poderão funcionar depois de registradas no Conselho Tutelar.
- III. Apenas o Conselho Tutelar tem o dever de fiscalizar as entidades não-governamentais.
- IV. Em caráter de urgência, as entidades que mantêm programas de acolhimento poderão abrigar crianças e adolescentes sem determinação da autoridade competente.
- V. Serviço de identificação desaparecidos é uma linha de ação da política de atendimento.

Segundo o ECA, estão **corretas** as alternativas:

- A) Apenas I, III e IV.
- B) Apenas II, III e IV.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas IV e V.
- E) Apenas II, IV e V.

07. Assinale a resposta **correta** no que se refere às competências do(a) Juiz(a) da Infância e da Juventude:

- A) Apreciar ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis.
- B) Conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes.
- C) Autorizar a permanência de crianças e adolescentes desacompanhadas dos pais ou responsáveis em casa de espetáculos.
- D) As alternativas A), B) e C) estão corretas.
- E) Somente as alternativas A) e B) estão corretas.

08. O Conselho Tutelar foi comunicado que uma adolescente em situação de rua foi gravemente ferida e encaminhada ao Pronto Socorro. Após averiguação, o Conselho Tutelar:

- A) Não tomará nenhuma medida, pois se trata de uma adolescente de rua.
- B) Deverá encaminhar a adolescente ao local em que vive na rua.
- C) Deverá determinar o acolhimento da adolescente a uma família substituta.
- D) Determinará que o hospital assuma a colocação da adolescente em família substituta.
- E) Determinará o acompanhamento e o apoio temporários à adolescente.

09. Quando recebe uma denúncia sem identificação, cabe ao Conselho Tutelar:

- A) Não iniciar nenhuma medida quando a denúncia é anônima.
- B) Buscar a origem da chamada e comunicar os acusados para que tomem providência em relação ao denunciante.
- C) Verificar a denúncia, mesmo sendo anônima.
- D) Não poderá atuar, pois provavelmente se trata de um trote.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

10. O Conselho Tutelar, de acordo com a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente, é **um**:

- A) Órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- B) Órgão autônomo não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- C) Órgão jurisdicional permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- D) Órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- E) Órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pelo juiz de direito de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

11. No Município 'X', depois de um exaustivo trabalho das autoridades para a garantia dos direitos da criança e do adolescente, foi constatado que o número de ocorrências envolvendo os mesmos teve uma substancial queda e a verba destinada à manutenção do CT poderia ser utilizada para a instalação de mais uma Creche Municipal para atender uma grande demanda da comunidade. Em vista disto, o Prefeito reuniu seu secretariado, o Presidente da Câmara dos Vereadores, o Defensor Público, o Promotor da Infância e da Juventude, e juntos, dissolveram o Conselho Tutelar. Diante do exposto, marque a alternativa **correta**.

- A) A decisão das autoridades está correta, pois a instalação de uma Creche Municipal manterá a garantia dos direitos da criança e do adolescente.
- B) A decisão das autoridades está incorreta, pois o Município já tem uma Creche Municipal.
- C) A decisão das autoridades está incorreta, pois o Juiz Especializado da Infância e da Juventude não estava presente na reunião.
- D) A decisão das autoridades está incorreta, pois a existência e manutenção do Conselho Tutelar é obrigatória em cada Município.
- E) A decisão das autoridades é irrevogável, pois as mesmas aprovam as questões referentes às mudanças na legislação pertinente a proteção das crianças e adolescentes.

12. Durante as férias de verão, 'J' de 19 anos, 'M' de 16 anos e 'P' de 14 anos estavam se divertindo muito, no Clube AZAD, dançando e bebendo caipirinha de vodka bem gelada. A bebida terminou e ainda era cedo, só 01h30min da madrugada de sábado. 'J', 'M' e 'P' foram até o bar e 'S' vendeu mais uma caipirinha para cada um. Baseado no que está previsto no art. 243 do ECA, marque a alternativa **correta**:

- A) 'S' pode vender somente cerveja a todos os jovens, pois cerveja não é bebida alcoólica e o fato não constitui crime mais grave.
- B) A pena para quem vende, fornece ainda que gratuitamente, ministra ou entrega, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida, é de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.
- C) A pena para quem vende, fornece ainda que gratuitamente, ministra ou entrega, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida, é de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.
- D) A pena para quem vende, fornece ainda que gratuitamente, ministra ou entrega, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida, é de 1 (um) a 3 (três) anos e multa se o fato não constitui crime mais grave.
- E) 'S' não está sujeito a sofrer nenhuma pena, pois não tem como saber a idade dos jovens.

13) 'K' de 6 anos é portador de deficiência mental. Sua mãe, após tentar matriculá-lo em várias escolas estaduais e municipais sem obter êxito, procurou o Conselho Tutelar para verificar como proceder. Em vista do exposto, o Conselho Tutelar:

- A) Poderá requisitar que a Secretaria de Educação identifique uma Escola preferencialmente da Rede Regular de Ensino para 'K', com atendimento especializado às especificidades da deficiência do mesmo.
- B) Informará para a mãe de 'K' que é problema dos pais ou responsáveis encontrar escolas adequadas para portadores de deficiência.
- C) Informará para a mãe de 'K' que o Município não tem Escola para atender alunos com deficiência mental.
- D) Informará a mãe de 'K' que o Município não tem a obrigação de encontrar escola especializada para atender "K".
- E) Informará a mãe de 'K' que o acesso ao ensino obrigatório não é gratuito para portadores de necessidades especiais, pois a manutenção da estrutura educacional tem um custo alto.

14. As decisões do Conselho Tutelar somente **poderão** ser revistas:

- A) Pela Secretaria de Serviço Social a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- B) Pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- C) Pelo Presidente do Conselho Tutelar a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- D) Pela união das autoridades administrativas a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- E) Pelo Presidente do COMDICA.

15. Assinale a alternativa **correta**: A função de membro do Conselho de Direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público e,

- A) Por isto terá uma remuneração condizente com a responsabilidade do cargo.
- B) Será remunerada com o mesmo valor pago aos membros do Conselho Tutelar.
- C) Será remunerada de acordo com a Lei Estadual 50.276/2008.
- D) Não será remunerada.

E) Será remunerada, mas não terá direito à férias nem licença saúde.

16. O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional **será** encaminhado:

- A) À autoridade judiciária.
- B) À autoridade policial competente.
- C) Ao representante do Ministério Público.
- D) Ao Conselho Tutelar.
- E) Ao representante do Fórum das Entidades.

17. O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional e que não foi liberado pela autoridade competente, será encaminhado:

- A) Ao representante do Ministério Público
- B) Ao Delegado de Policia
- C) Ao Conselho Tutelar.
- D) À autoridade policial competente.
- E) Ao representante do Fórum das Entidades.

18. No ECA, segundo o Art. 178, o adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional:

- A) Não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.
- B) Deverá ser algemado e conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.
- C) Não poderá ser conduzido ou transportado sem estar acompanhado pelos pais ou responsável legal, sob pena de responsabilidade.
- D) Deverá aguardar a apresentação em dependência separada da destinada a maiores, não podendo, em qualquer hipótese, exceder o prazo de quarenta e oito horas.
- E) Só poderá ser conduzido ou transportado perante autorização de um representante do Conselho Tutelar.

19. No ECA, segundo o Art. 165, são requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta:

- I. Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste;
- II. Indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo;
- III. Qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos;
- IV. Indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão;
- V. Declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente.

- A) As alternativas I, II, III, IV e V estão incorretas.
- B) Apenas o item II está incorreto.
- C) Apenas I, III e V estão corretos.
- D) I, II, III e V estão corretos.
- E) I, II, III, IV e V estão corretas.

20. Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que trata de medida socioeducativa de internação, assinale a opção **correta**.

- A) Essa medida pode ser aplicada somente a crianças a partir de doze anos em caso de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.
- B) Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica, salvo com expressa determinação judicial em contrário.
- C) Quando não houver local apropriado, o adolescente poderá permanecer em estabelecimento prisional destinado a maiores, mesmo que não haja critérios de separação por sexo, considerada a gravidade da infração.
- D) A liberação será compulsória aos dezoito anos de idade.
- E) A medida de internação não poderá ser aplicada quando houver reiteração no cometimento de outras infrações graves.

21. Os irmãos ‘L’ com 18 anos, ‘M’ com 16 anos e ‘J’ com 09 anos, foram vistos roubando dinheiro do caixa da lancheria da escola e a autoridade competente foi chamada. Baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente é **correto** afirmar que:

- A) Os três irmãos serão processados criminalmente pelos seus atos, caso fique demonstrado que todos quiseram roubar e possuíam plena capacidade de entender esse ato.
- B) ‘M’ e ‘J’ praticaram ato infracional e responderão a procedimento junto à Vara da Infância e Juventude, podendo ser aplicada, para ambos, medida socioeducativa de internação.
- C) ‘M’ poderá, excepcionalmente, ficar submetido à medida socioeducativa de internação até completar 21 anos, idade em que a liberação será compulsória.
- D) ‘L’ não será processado criminalmente por sua conduta, visto que os demais autores do fato são menores de idade, nesse caso, ele se beneficia da situação da idade dos irmãos.
- E) Somente ‘J’ poderá ser processado criminalmente pelos seus atos.

22. É **correto** afirmar que a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre as medidas de proteção integral à criança e ao adolescente, é aplicada:

- A) Apenas às crianças de até 10 anos e aos adolescentes.
- B) Excepcionalmente, aos adultos com idade entre 18 e 21 anos.
- C) Às crianças de até 10 anos e aos adolescentes de até 17 anos.
- D) Apenas às crianças e excepcionalmente, aos adolescentes.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

23. Assinale a alternativa **incorreta**. De acordo com o ECA, a criança ou o adolescente podem ser retirados da convivência familiar e colocados em família substituta. A família substituta é aquela adquirida por meio da:

- A) Guarda.
- B) Tutela.
- C) Curatela.
- D) Adoção.
- E) Guarda compartilhada.

24. Baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente, em se tratando do reconhecimento da filiação, assinale a alternativa **correta**.

- A) O reconhecimento da filiação só poderá ser feito por meio de ação extra judicial.
- B) A natureza jurídica do estado de filiação é de direito da personalidade.
- C) O reconhecimento da natureza jurídica da filiação é de direito restrito e personalíssimo da mãe.
- D) O reconhecimento do estado de filiação deve ser exercitado somente contra o pai.
- E) A natureza jurídica da filiação pode ser exercitado somente contra os pais.

25. Baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O não oferecimento do ensino fundamental pelo Estado acarreta a responsabilidade pessoal dos pais, que devem procurar uma escola onde quer que seja.
- B) Os pais têm a obrigação de matricularem os filhos no ensino fundamental.
- C) É dever do Estado assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.
- D) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo.
- E) As crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais têm assegurado pelo Estado atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

26. Dentre as medidas de proteção previstos no ECA, assinale aquela que **não** pode ser aplicada diretamente pelo Conselho Tutelar à criança e ao adolescente:

- A) Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- B) Colocação em família substituta.
- C) Representar em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no Art. 220 parágrafo 3º, inciso II da Constituição Federal.
- D) Requisitar o acesso ao ensino obrigatório de crianças e adolescentes cujos pais fixaram residência no Município de sua jurisdição, fora da época de matrícula.
- E) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

27. De acordo com o art. 100, parágrafo único, inciso XII do ECA, será assegurada à criança e ao adolescente que estiverem capacitados para formular seus próprios juízos, o direito de expressar suas opiniões livremente sobre os assuntos a seu respeito. Considerando esta garantia, assinale a alternativa **correta**:

- A) A criança e o adolescente têm o direito de serem ouvidos e suas opiniões serão consideradas nas decisões que os adultos são responsáveis por tomar sobre as suas vidas.
- B) A livre expressão das crianças e dos adolescentes refere-se somente a assuntos educacionais, de lazer e culturais.
- C) Nas atribuições do Conselho Tutelar, atender as crianças e adolescentes refere-se, necessariamente, a ouvir somente os pais ou responsáveis legais sobre os desvios de conduta da criança e do adolescente.
- D) Cabe às crianças e adolescentes, desde que tenham capacidade para formular seus próprios juízos, tomar decisões definitivas sobre todas as questões que afetem o rumo de suas vidas.
- E) A criança e o adolescente têm o direito de serem ouvidos e suas decisões não serão levadas em consideração para qualquer decisão que as autoridades envolvidas queiram tomar sobre o rumo de suas vidas.

28. No que se refere à medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa **correta**:

- A) Não será permitida a realização de atividades externas.
- B) Attingido o prazo de internação, o adolescente será colocado em liberdade total.
- C) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, no máximo a cada seis meses, mediante decisão fundamentada.
- D) A autoridade judiciária não poderá suspender temporariamente as visitas, inclusive de pais ou responsáveis, mesmo se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.
- E) Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a dois anos.

29. Analise as seguintes afirmações:

- I. Os hospitais públicos e particulares são obrigados a fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do neonato.
- II. A criança e o adolescente portadores de deficiência deverão receber atendimento especializado do Poder Público.
- III. Incumbe ao Poder Público propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.
- IV. É assegurado à gestante através de clínica especializada o atendimento pré e perinatal.

Quais estão **corretas**?

- A) Apenas I e IV.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II e IV.
- E) I, II e III estão corretas.

30. De acordo com o Estatuto da criança e do adolescente referente às medidas de proteção assinale a alternativa **incorreta**:

- A) São aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- B) São aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis.
- C) Poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.
- D) Verificada a possibilidade de reintegração familiar o responsável pelo acolhimento familiar ou institucional fará comunicação a autoridade judiciária, que dará a vista ao Ministério Público pelo prazo de 5(cinco) meses decidindo em igual prazo.
- E) São aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados em razão de sua conduta.

31. Acerca da colocação em família substituta, em se tratando da criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, analise as alternativas:

- I. Devem ser consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta Lei e pela Constituição Federal.

- II. Não há a necessidade de considerar a cultura e tradições.
- III. A colocação familiar deve ocorrer prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia.
- IV. É desnecessária a intervenção oitiva de representante de órgão federal responsável pela política indigenista e quilombola

Estão **corretas** apenas:

- A) I, II e IV.
- B) I e IV.
- C) III e IV.
- D) I e III.
- E) II e IV.

32. No ECA está previsto que as entidades que desenvolvem programas de acolhimento à criança e ao adolescente deverão adotar o seguinte princípio:

- A) Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
- B) Proceder, sempre que possível, a transferência para outras entidades, de crianças e adolescentes abrigados.
- C) Atendimento personalizado sempre em grandes grupos.
- D) Evitar a participação na vida da comunidade.
- E) Proceder ao desenvolvimento de atividades em regime de reclusão.

33. De acordo com o ECA, assinale as atribuições do Conselho Tutelar:

- A) Representar o Poder Legislativo e Judiciário local, na elaboração de proposta orçamentária para planos de atendimento à criança e ao adolescente.
- B) Promover a execução de suas decisões, podendo expedir notificações.
- C) Proceder à oitiva de adolescentes após flagrante de ato infracional.
- D) Proceder à colocação de criança em família substituta.
- E) Atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a X.

34. Na Constituição Federal, constitui (em) direito(s) e garantia(s) fundamental(is):

- A) Trabalho remunerado e registrado em CTPS para adolescentes a partir de doze anos de idade.
- B) A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a proteção à maternidade e à infância.
- C) O pagamento da bolsa família para erradicação da pobreza extrema.
- D) A assistência social preferencialmente para as atividades artísticas, intelectuais e culturais.
- E) Saúde integral em clínica especializada.

35. Complete a frase assinalando a alternativa correta.

Acerca do registro das entidades não governamentais o Art. 91 § 2º prevê que o registro terá validade máxima de _____ ano (s), cabendo ao _____, periodicamente, reavaliar o cabimento de sua renovação, observado o disposto no § 1º deste artigo.

Assinale a alternativa que corresponde, correta e respectivamente, ao preenchimento das lacunas acima:

- A) Um, Conselho Tutelar.
- B) Três, Conselho Tutelar.
- C) Três, COMDICA.
- D) Quatro, COMDICA.
- E) Quatro, Conselho Tutelar.

36. Baseado no Art. 216, transitada em julgado a sentença que impuser condenação ao Poder público, o juiz determinará:

- I. A remessa de peças à autoridade competente, para apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão.
- II. A remessa de peças ao agente a que se atribua a ação ou omissão para apuração da responsabilidade civil.

III. A remessa de peças à autoridade competente para proceder ao arquivamento do processo.

- A) Todas as alternativas estão corretas.
- B) Somente a alternativa III está correta.
- C) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- D) Todas as alternativas estão incorretas.
- E) Somente a alternativa I está correta.

37. Segundo o Art. 234, deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão, incorrerá em:

- A) Multa e serviços comunitários de seis meses.
- B) Multa de três a vinte salários de referência.
- C) Pena – detenção de dois a seis meses ou multa.
- D) Reclusão de 15 a 30 meses.
- E) Pena - detenção de seis meses a dois anos.

38. De acordo com o ECA, o adolescente privado de liberdade tem o(s) seguinte(s) direito(s):

- A) Visita íntima semanal.
- B) Permanecer internado na mesma localidade onde foi cometido o ato infracional.
- C) Entrevistar-se com o representante do Ministério Público, sempre acompanhado dos pais ou responsável.
- D) Corresponder-se com seus familiares e amigos.
- E) Peticionar diretamente somente ao seu defensor.

39. De acordo com a Lei Municipal 5.276/2008:

- I. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é o instrumento de captação e aplicação dos recursos a serem utilizados segundo as deliberações do COMDICA.
- II. O COMDICA expedirá normatização do credenciamento das entidades que comporão o Fórum Municipal e operacionalizará o processo de escolha das entidades no prazo de até 60 (sessenta) dias da publicação da Lei Municipal 5.276/2008.
- III. A previsão dos recursos necessários ao funcionamento do COMDICA será definido no Orçamento Participativo Anual.
- IV. O Poder Estadual deverá colocar servidores à disposição dos Conselhos Tutelares, sem prejuízo de seus vencimentos, por solicitação deste, para exercer os trabalhos administrativos e outras funções operacionais.
- V. O Regimento Interno do Fórum será elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA - para ser aprovado em Assembléia Geral das entidades que compõem.

Quais alternativas estão corretas:

- A) Apenas I e V.
- B) Apenas I, II e V.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas IV e V.
- E) Apenas I, III e V.

40. Analise as afirmativas abaixo e, baseado no ECA, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Promover e acompanhar as ações de alimentos.
- B) A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.
- C) O Ministério Público poderá requerer a instauração de procedimento para apuração de responsabilidade se constatar o descumprimento das providências e do prazo previsto.
- D) Nos processos e procedimentos em que não for parte, o Ministério Público atuará obrigatoriamente na defesa dos direitos e interesses de que cuida esta Lei, hipótese em que terá vistas dos autos depois das partes, podendo juntar documentos e requerer diligências, usando os recursos cabíveis.
- E) Nenhuma das afirmações acima está incorreta.

41. Sobre medida de regime de semi-liberdade, assinale a alternativa **correta**.

- A) No regime de semi-liberdade são obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.
- B) O regime de semi-liberdade possibilita a realização de atividades externas independentemente de autorização judicial.
- C) O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto.
- D) O regime de semi-liberdade não comporta prazo determinado.
- E) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

42. No que se refere à medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.
- B) Caso o adolescente tenha passado por internação provisória, esses dias poderão ser computados na internação definitiva.
- C) O local para a internação deve obedecer à separação por idade, composição física, sexo e gravidade do ato infracional, em local distinto daquele destinado ao acolhimento, em entidade exclusiva para adolescente.
- D) O adolescente pode praticar atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade.
- E) Em nenhuma hipótese a internação será precedida de autorização judicial.

43. Sobre adoção, é **incorreto** afirmar que:

- A) Para o ECA é vedada a adoção por procuração.
- B) Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independente do estado civil, segundo art.42 do ECA.
- C) A adoção, conforme ECA será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legais.
- D) A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo estabelecido judicialmente de 20 dias.
- E) Quando o adotando tiver mais de 12 anos, será necessário seu consentimento quando se tratar de pedido de adoção.

44. “M”, ao completar 18 anos deu a luz a uma menina. Sua família não aceitou a criança e “M” não quer assumir a responsabilidade da maternidade. Ela procurou o Conselho Tutelar para saber o que fazer para entregar a criança. A que órgão o Conselho Tutelar deverá recorrer?

- A) Justiça da Infância e da Juventude.
- B) Delegacia.
- C) Defensoria Pública.
- D) COMDICA.
- E) CREAS.

45. Segundo o Art. 83 do ECA:

- I. Crianças com mais de 10 anos poderão viajar para fora da comarca onde residem, desacompanhadas dos pais ou responsáveis, tendo autorização do Conselho Tutelar.
- II. A autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à residência da criança.
- III. A autoridade do judiciário poderá, a pedido dos pais ou responsáveis, conceder autorização válida por quatro anos.
- IV. A autorização não será exigida quando a criança estiver acompanhada de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II, III e IV.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II.

46. Dentre as medidas de colocação em família substituta, qual é a medida irrevogável?

- A) Apadrinhamento Social.
 - B) Guarda Provisória.
 - C) Adoção.
 - D) Tutela.
 - E) Acolhimento Institucional.
-

47. Segundo o ECA, é **correto** afirmar que os procedimentos para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação:

- A) Do Ministério Público ou do servidor efetivo ou voluntário.
 - B) Do Conselho Tutelar ou do servidor efetivo ou voluntário
 - C) De servidor efetivo ou voluntário ou do Conselho Tutelar.
 - D) Do Ministério Público ou do Conselho Tutelar ou do Servidor efetivo ou voluntário.
 - E) Do Ministério Público ou do Conselho Tutelar.
-

48. De acordo com o Art. 78 do ECA, as revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas:

- A) Em embalagem lacrada.
 - B) Em embalagem lacrada com a advertência de seu conteúdo.
 - C) Com advertência em seu conteúdo.
 - D) Em embalagem colorida com advertência de seu conteúdo.
 - E) Em embalagem lacrada com advertência colorida.
-

49. O Art. 227 da Constituição Federal, modificada pela Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, prevê que:

- A) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas.
 - B) Garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola.
 - C) Programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.
 - D) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
 - E) Todas as alternativas anteriores estão corretas.
-

50. De acordo o art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I. Doenças contagiosas.
- II. Maus tratos envolvendo seus alunos.
- III. Problemas disciplinares envolvendo crianças e adolescentes.
- IV. Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- V. Crianças que tomaram vacinas.

Estão **incorretas** apenas as afirmativas:

- A) I e II.
 - B) IV e V.
 - C) II e IV.
 - D) III e V.
 - E) I e V.
-